

## **Avaliação de políticas públicas de inclusão digital: os Centros Rurais de Inclusão Digital e o Programa Acessa SP<sup>1</sup>**

### **Evaluation of public policies for digital inclusion: the Rural Centers of Digital Inclusion and Acessa SP Program**

### **Evaluación de las políticas públicas de inclusión digital: los Centros Rurales de Inclusión Digital y el Programa Accede SP**

### **L'évaluation de politiques publiques pour l'inclusion numérique : les Centres Ruraux d'Inclusion Numérique and le Programme Acessa SP**

*Cátia Regina Muniz\**

**Resumo:** O objetivo deste artigo é expor as discussões realizadas, após a análise dos dados de duas pesquisas acerca de programas de inclusão digital: no Ceará, Centros Rurais de Inclusão Digital (CRID) e em São Paulo, Programa Acessa SP, em assentamentos rurais. As reflexões se focaram nos impactos destas iniciativas sobre a população local. A metodologia de ambas as pesquisas se basearam na perspectiva etnográfica, cujo intuito era obter parâmetros de comparação. Os resultados mostraram que a internet impactou de forma significativa a forma de comunicação dos usuários com amigos e parentes. Além disso, estes locais foram considerados ideais para o entretenimento. O CRID se mostrou um exemplo de iniciativa de inclusão digital a ser seguido pelos atuais e futuros projetos nesta área.

**Palavras-chave:** avaliação, inclusão digital, políticas públicas, assentamentos rurais.

**Abstract:** The purpose of this article is to expose the discussions that follow the analysis of data from two studies about digital inclusion programs: one in Ceará, represented by the Rural Centers of Digital Inclusion, and the other in São Paulo, with the program "Acessa SP" in rural settlements. The reflections focused on the impacts of these initiatives on the local population. In terms of methodology, both surveys were based on ethnographic perspective, whose purpose was to obtain benchmarks. The results show that the Internet use has significantly influenced the way users communicate with friends and relatives. Additionally, these sites are considered as ideal for entertainment. The Rural Center of Digital Inclusion has proved to be a model of digital inclusion initiative to be followed by the current and future projects in this area.

---

\* Pós-doutoranda no Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. E-mail: catiamu@hotmail.com

**Keywords:** evaluation, digital inclusion, public policy, rural settlements.

## Introdução

O propósito deste artigo é apresentar os resultados das análises de duas pesquisas sobre impactos de programas de inclusão digital sobre a população local: uma delas desenvolvida junto ao Laboratório de Pesquisa Multimeios da Faculdade de Educação – FAGED, da Universidade Federal do Ceará – UFC, financiada pela CAPES. O Projeto tinha por objetivo formular indicadores socioculturais que permitissem observar e avaliar em que medida o uso das tecnologias digitais na educação estava contribuindo para a inclusão sociodigital, bem como promover o desenvolvimento local. Esta pesquisa teve por finalidade refletir sobre quais os impactos que os Centros Rurais de Inclusão Digital (CRIDs) – ambientes virtuais de aprendizagem instalados em lugares de acesso público, mantidos sob a responsabilidade de assentamentos rurais e mediados pela escola – promoviam nas várias dimensões da vida social das comunidades no interior do Ceará, em particular, no assentamento Santana, localizado no município de Monsenhor Tabosa. O CRID foi instalado com o apoio da comunidade, que se manifestou favoravelmente ao projeto, proposto pela equipe de pesquisadores do Laboratório Multimeios, em assembleia. Os idealizadores da iniciativa convidaram os jovens assentados e professores da escola local a participarem de todo o processo de implantação do projeto.

O outro estudo se refere a uma pesquisa de pós-doutorado, realizada no Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na Unicamp, financiada pela FAPESP. A intenção era analisar a proposta de inclusão digital do Programa ACESSA SP, do Governo do Estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria de Gestão Pública, com gestão da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Diretoria de Serviços ao Cidadão (Prodesp), especificamente nos assentamentos rurais Haroldina, no município de Mirante do Paranapanema e Gleba XV, em Rosana, ambos no estado de São Paulo. O Programa tinha por intuito acabar com a exclusão digital no Estado de São Paulo; ser reconhecido internacionalmente como referência em inclusão digital; garantir

acesso democrático e gratuito às TICs, facilitando o uso dos serviços de governo e produção de conhecimento, e promovendo os processos de participação pública e redes sociais para o desenvolvimento econômico, social, pessoal e da cidadania; trabalhar com respeito ao cidadão e sua diversidade, com ética, transparência e comprometimento, buscando a excelência e a generosidade, promovendo o conhecimento livre e a colaboração para a inclusão digital e social dos cidadãos do estado de São Paulo. ([www.acessasaopaulo.sp.gov.br](http://www.acessasaopaulo.sp.gov.br)).

As pesquisas de campo se fundamentaram na metodologia etnográfica, com o intuito de, primeiro, estabelecer relações entre as dimensões processuais e históricas, e a dimensão estrutural, no tocante às mudanças sociais que advêm de programas cujos objetivos se centram na inclusão digital; e, segundo, dialogar, de forma interdisciplinar, com um campo temático que tem sido estudado por outras disciplinas (administração, economia, ciência política, administração) que fazem uso de outras metodologias, dentre as quais as metodologias quantitativas.

O motivo da escolha dos assentamentos rurais como locais de pesquisa se deu por causa da participação na avaliação dos CRIDs no Ceará e também porque as propostas de ambos os projetos de inclusão digital eram bem semelhantes: proporcionar às pessoas que não tinham computador e internet em suas residências acesso gratuito às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). No caso dos assentamentos rurais, esse acesso se tornava fundamental, devido às longas distâncias entre estes locais e as cidades mais próximas. As similitudes entre eles possibilitaram, assim, a comparação entre ambos os programas.

A investigação baseou-se ainda no entendimento de que os saberes acadêmicos e institucionais que orientam a formulação e implantação de projetos de inclusão digital são transpostos a distintas comunidades, aqui, especificamente, assentamentos rurais. Considero que esse saber pressupõe uma resignificação da tecnologia pela comunidade a partir de suas próprias categorias simbólicas, reorientando os significados da inclusão digital. Nesse sentido, haveria mediações culturais que deveriam ser analisadas quando da proposição de projetos e políticas públicas de intervenção social que visem à mudança social, como é o caso das iniciativas estudadas (Gonçalves, 2008).

Dessa maneira, apliquei 40 questionários tanto no assentamento Haroldina, como na Gleba XV. No assentamento Santana, utilizei apenas entrevistas. O intuito

era investigar quais as atividades que os usuários dos Postos do Acesso SP dos assentamentos realizavam nos computadores e internet, e se estas estavam contribuindo para algum tipo de mudança em suas vidas. A aplicação parou neste número, porque as respostas começaram a se repetir, atingindo um ponto de saturação.

A escolha da amostragem foi a não probabilística, baseada em Mattar (1996 p. 157). O autor afirma que este tipo de amostra pode ser utilizada, quando não há “outra alternativa viável, porque a população não está disponível para ser sorteada”. O tipo de amostragem não probabilística empregada foi a denominada por conveniência, pelo fato de ser mais rápida em obter as informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, tendo como princípio a disponibilização voluntária do respondente. A decisão foi tomada tendo em vista que a proposta era entender quais os principais usos dos postos do Programa no período do trabalho de campo, sem a pretensão de realizar generalizações.

Os questionários foram elaborados a partir de um modelo aplicado em pesquisa para a disciplina “Sociologia da Tecnologia”, ministrada pelos professores Dr. Thomas Dwyer e Jacques Wainer, no programa de pós-graduação, do Departamento de Sociologia – IFCH, Unicamp. As questões possibilitaram traçar um perfil dos usuários, assim como mostrar numericamente o significado dos postos do Acesso SP, que serviram de complemento às entrevistas, nos assentamentos.

O roteiro das entrevistas foi produzido com a intenção de entender se a implantação do Programa Acesso SP impactou ou não a vida dos assentados. A análise das entrevistas se baseou no ponto de vista dos atores, com o intuito de interpretar os processos simbólicos construídos por estes acerca do Programa e das mudanças trazidas para os assentamentos e os próprios assentados.

Os recursos eletrônicos também foram utilizados, tais como documentos disponibilizados no portal do Acesso SP e mensagens eletrônicas trocadas entre os monitores, o que possibilitou ampliar o entendimento sobre o Programa como um todo. Dessa forma, os dados foram buscados em fontes diversificadas de informação, pois, concorda-se com Lejano (2006), as hipóteses emergem de um processo circular entre a situação empírica e a reflexão conjunta entre pesquisador e grupo pesquisado, cuja teoria se releva na prática, e os dados provêm de diversas fontes.

Desse modo, a partir dos objetivos expressos pelos programas de inclusão digital, procurei investigar se, de fato, o CRID e o Acesso SP tinham provocado alguma mudança nas condições de vida dos assentados assistidos por eles. O que pude observar foi uma grande frequência de jovens a estes locais, como mostra o perfil destacado a seguir.

### **O perfil dos usuários dos Programas nos assentamentos**

Nos três assentamentos, como na maioria das pesquisas realizadas em telecentros, verificou-se que o perfil dos usuários era constituído por jovens. Na Gleba XV, não encontrei usuários com mais de 23 anos que se dispusessem a responder os questionários. No assentamento Santana, não se aplicaram questionários, mas, conforme os entrevistados, o público que frequentava o CRID era, em grande parte, formado por jovens.

**Tabela 1. Porcentagem de usuários por idade na Gleba XV de Novembro**

Idade	%
08 a 15	55%
16 a 20	35%
21 a 23	10%

Fonte: Autora.

Podemos observar que nesse Posto o percentual de jovens era quase total: 90% entre a faixa etária de 08 a 20 anos. Como o público era jovem, a maioria cursava o ensino fundamental e apenas estudava. No Haroldina consegui um público mais adulto, pois muitos professores das escolas do assentamento frequentavam o Posto. Neste assentamento, havia uma pequena porcentagem com curso superior completo: 10%, a mesma porcentagem de desempregados, e 15% trabalhavam com carteira assinada. A tabela a seguir mostra a idade dos usuários:

**Tabela 2. Porcentagem de usuários por idade no Haroldina**

Idade	%
13-15	45
16 a 20	20
23 a 25	15
29-33	20

Fonte: Autora.

Para Matuda (2008), essa enorme presença de crianças e adolescentes nesses espaços valida a hipótese de que esta geração se encontra mais familiarizada com essas tecnologias. Eles nasceram em uma sociedade já informatizada. Desse modo, o contato com as TICs é algo próximo e não lhes causa estranheza.

Nesse sentido, Sorj (2003, p. 65) sublinha que:

as dificuldades de aprendizagem associadas à idade, assim como a concentração de maiores níveis de analfabetismo nas faixas etárias mais idosas da população, concorrem para o alto índice de exclusão digital entre adultos de baixa renda nos países em desenvolvimento (Sorj, 2003, p. 65).

No caso da Gleba XV, um técnico agrícola entrevistado considera que o Posto era mais procurado pelos jovens, porque o assentamento era bem antigo, com quase trinta anos de formação. Os agricultores que vieram morar naquele local com 35, 40 anos de idade, estariam com 65, 70 anos hoje. Durante todo esse tempo, não tiveram oportunidade de estudar, o que tornava o uso dessas tecnologias mais difícil. No período da pesquisa, pude observar que havia um número expressivo de analfabetos que não conseguiam utilizar os equipamentos. De acordo com dados do IBGE (2010), no município de Mirante do Paranapanema, havia 12,5% de analfabetos e em Rosana 7,4%, entre pessoas com quinze anos de idade ou mais.

O fato também foi constatado no assentamento Santana por meio do comentário de um agricultor de 60 anos ao afirmar que gosta de computadores, mas não como usuário. Esse senhor afirmou que preferia deixar este “tipo de conhecimento” para os mais jovens. Relatou ainda que suas filhas eram usuárias do CRID e utilizavam a internet, para se comunicar com a irmã que mora em Brasília. Na opinião dele, pessoas com a sua idade não tinham mais o que aprender. Ele sublinha que não era contra as tecnologias digitais, apenas considerava que, em sua idade, não teria mais condições de aprender a utilizá-las.

As pesquisas permitiram verificar a importância da internet como meio de informação e comunicação entre os assentados, seus amigos e parentes.

## **A internet como meio de comunicação e informação nos assentamentos estudados**

A análise dos dados coletados nos três assentamentos – Santana, no Ceará; Gleba XV de Novembro e Haroldina, em São Paulo – demonstrou que o impacto mais significativo, informado pelos entrevistados, foi proporcionar, por meio da internet, a comunicação com amigos e parentes que moravam em outras cidades e estados. É importante ressaltar que estes assentamentos se encontram em localidades afastadas das sedes de seus municípios, aproximadamente de 40 a 60 quilômetros. Além disso, outros meios de comunicação, como telefones fixos e celulares não são muito usados devido a problemas com o sinal de seus respectivos provedores. Desse modo, a internet tornou-se importante meio de diálogo e de troca de informações entre os assentados e as pessoas que vivem em outros locais, como veremos adiante.

Na Gleba XV de Novembro, 55% utilizam a internet várias vezes por semana, para se comunicar instantaneamente com amigos e parentes; 15% usam todos os dias, e o mesmo número de pessoas utiliza uma vez por semana; 5% utilizam a cada quinze dias. Por outro lado, 10% responderam que nunca usaram esse serviço na internet. Aqueles que marcaram essa alternativa se encontram na faixa etária de oito a dez anos e preferem jogar na internet. No Haroldina os números são semelhantes àqueles que usam várias vezes por semana, 45%; já os que utilizam todos os dias são 25% do total, porcentagem superior à do outro assentamento. Aqui surgiram respostas daqueles que, em algum momento, empregaram essa ferramenta, mas, na atualidade, tinham deixado de se interessar por esse tipo de serviço. Os mesmos 10% vistos no assentamento Gleba XV, acerca daqueles que nunca utilizaram a internet para comunicação instantânea, aparecem nos dados coletados. A resposta dada por eles foi a preferência pelo e-mail, pois, para que haja comunicação entre eles e outras pessoas, ambos devem estar conectados na internet e, muitas vezes, isto não era possível.

Uma professora, moradora do assentamento Santana, destacou que:

No “inverno” (época das chuvas) a gente fica isolado por causa das estradas e a internet nos mantém conectados com o “mundo”. Se tá



precisando falar com alguém, não precisa mais depender do orelhão, vai lá e se comunica, pega o bendito MSN e ainda não paga nada.

Da mesma maneira, uma adolescente de 14 anos, estudante do ensino médio, moradora da Gleba XV, relata que a comunicação melhorou muito, já que os orelhões estavam sempre quebrados, e o “sinal dos celulares era fraco”: “Eu achei muito bom, e fico muito feliz por, no assentamento, ter como a gente se comunicar, pois, antes da internet, o único meio de comunicação era por carta e dificilmente por telefone, já que aqui não dá torre”, referindo-se aos problemas de transmissão de sinais das antenas de telefonia fixa e celular. Santos (2009) também percebeu, em sua pesquisa com jovens da periferia de Recife, que a internet substituiu a maneira como se comunicavam com amigos e familiares – optaram, assim, por usar o e-mail, porque não precisavam pagar.

A internet não permitiu apenas uma melhora na comunicação, mas também acesso à informação. Os estudantes desses assentamentos, para ter acesso ao conteúdo de jornais e revistas, precisavam se deslocar até a cidade mais próxima para comprá-los ou consultar uma biblioteca. A escassez de transporte coletivo nas localidades e os custos acabavam inviabilizando para muitos assentados o deslocamento à sede do município. Havia ainda o problema com o sinal de antena das emissoras de televisão, o qual lhes chegava com dificuldade. Por isso, para terem canais de televisão com bom sinal de recepção, precisavam adquirir uma antena parabólica. No entanto, cerca de 60% dos entrevistados disseram não ter condições financeiras, evidenciado no comentário de uma das monitoras do Haroldina:

Eu procuro muitas informações, notícias sobre o dia a dia... Como aqui não tem televisão, então eu procuro acessar os sites de informações para saber sobre concursos, empregos. Para conseguir sinal de TV apenas com antena parabólica, caso contrário, pega só a Rede Globo.

A mãe desta monitora concorda com a filha e acrescenta:

Acho que o ACESSA trouxe muito benefício, principalmente de informação... Tava todo mundo aqui desinformado, ninguém sabia como mexer, né? Como acessar, pegar informações, né? Hoje já é mais fácil, não precisa ir lá na cidade... Às vezes você não tem nem o dinheiro da passagem pra ir pra cidade pegar uma informação. Aqui você vem, acessa gratuito, você, como se fala? Pega informação, né? Gratuito, então foi uma boa coisa e você pode crescer muito mais, né?



No assentamento Santana, observou-se que, na concepção dos moradores, os serviços disponibilizados pela internet proporcionaram benefícios ainda maiores. Na escola do assentamento, não havia tal recurso, diferentemente dos assentamentos em São Paulo, que contavam com laboratórios de informática em suas dependências. Os professores desse assentamento fizeram questão de enfatizar que, antes do CRID, possuíam apenas como material didático o giz, o quadro, o caderno e o livro, que serviam como instrumento de pesquisa. Contudo, não havia como ter acesso a todo o conteúdo necessário, visto que os livros vinham em pequenas remessas. Conforme seu relato:

As atividades que os educandos realizam no Laboratório são pesquisas; por exemplo, a gente solicita determinado tema, o conteúdo que a gente não tem no livro... A gente orienta os educandos, conversa com os gestores que estão lá, então eles vão lá fazem a pesquisa e traz para a sala e socializa, pois às vezes não dá para ir a turma toda, porque que é muito grande. Aprendem até artesanato, como desenvolver um projeto, ter acesso a livros. A gente não tem biblioteca, aí a gente vai lá e compra, é a principal ferramenta para ajudar na educação, para nós foi um grande avanço.

No Posto do Haroldina e Gleba XV, as pesquisas escolares foram as atividades mais marcadas pelos usuários nos questionários: 85% em ambos. Todavia, não se verificou uma relação tão próxima como no assentamento Santana, no qual os professores e a diretora também participaram do curso de formação dos gestores do CRID. Além disso, esse laboratório era a única opção de acesso aos computadores e internet para esses assentados. As relações observadas entre o ACESSA SP e as escolas dos assentamentos foi de cooperação, como se percebe no Haroldina. No assentamento houve uma parceria com a escola em um momento em que o laboratório de informática (Acesso Escola<sup>2</sup>) encontrava-se sem internet. Na Gleba XV, porém, verifiquei que a diretora não tinha a intenção de estabelecer qualquer relação com o Programa, pois, na sua interpretação, eram projetos distintos.

Um dos coordenadores e o gerente do Programa informaram que, embora o Acesso Escola tenha sido originado do Acesso SP, a coordenação foi separada, e o administrador do programa tem uma visão de que ambos são diferentes e divulga essa opinião às escolas. Provavelmente tenha sido por isso que a diretora da escola da Gleba XV tenha a mesma percepção.

De qualquer maneira, tanto os postos do ACESSA SP como o CRID auxiliaram os estudantes a buscar informações que anteriormente só era possível nas sedes dos municípios. O comentário de uma professora que trabalha na escola do assentamento Santana há 16 anos exemplifica a importância dada pelos moradores ao laboratório:

Eu fiz minha monografia aqui no CRID, aí a gente mandava (por e-mail) para ele (o orientador) fazer as correções, aí ele enviava e teve um dia que foi bem apertado. A gente teve que fazer as correções num dia e devolver no outro e então nós ficamos lá (no CRID) até umas duas horas da manhã, aí nós dizíamos uma pra outra: “Meu Deus do Céu se não fosse esse CRID, o que seria de nós”.

A mãe de um usuário do posto no Haroldina reforça: “Como hoje pede muito trabalho de internet na escola e se não tivesse isso aqui, meu filho ia tirar nota baixa porque os professores não perdoam não, ou faz ou tira nota baixa”.

Uma professora do assentamento Santana acrescenta:

Nós vamos fazer um concurso do Estado que é domingo, nos inscrevemos pela internet, pagamos o boleto também pela internet, pesquisamos o local e a sala onde vamos fazer a prova. Nós pensamos: “E quem não tem esse acesso e mora no interior? Tem que ir para a cidade, gastar condução e lugar para acessar”.

Houve certa ênfase, nos relatos coletados, a respeito dos gastos com locomoção para as cidades mais próximas dos assentamentos. Nesse sentido, os programas de inclusão digital lhes proporcionaram economia de recursos financeiros.

Nos três assentamentos, a maioria dos entrevistados se considera incluído digitalmente. Para eles, inclusão digital era estar em contato com o “mundo”, por intermédio da troca de mensagens e de informações. A diretora da escola do assentamento Haroldina considera a internet como um recurso que possibilita um aprendizado não apenas profissional, mas também pessoal:

Ter acesso ao computador e internet foi um ganho a mais que vale a pena, pois hoje o mundo... Quem não consegue ligar um computador, digitar e entrar em alguma coisa ele tá perdendo muito... Ele não está só se preparando para o mundo do trabalho, mas pra ele mesmo, pras coisas pessoais dele, como tirar um extrato, fazer uma ocorrência numa coisa com celular (roubo). Entrar num site de

loja pra ver preço... É pra vida dele também, não é só pro trabalho, ajuda muito a formar um cidadão, eu acho muito positivo (...).

Outros relatos também enfatizam as transformações proporcionadas pela internet. Uma moradora do assentamento Haroldina (2011) – há mais de 20 anos com os pais, nascida em Teodoro Sampaio – SP, casada, com três filhos – comentou o que é ter internet no assentamento: “Tem acesso mais nas coisas, porque hoje em dia se você não tiver a internet... É não sei o que internet... Você tem que mexer, né? Se não, você fica perdido no mundo também”. Uma professora da escola do assentamento Santana também expressou sua opinião sobre este assunto:

A gente era visto como morando no fim do mundo, no campo, um lugar atrasado e a educação nunca foi valorizada e os educandos eram tratados como “índios”. O nosso maior problema aqui é o acesso; por conta das estradas, a gente ficava aqui totalmente isolado e com a internet foi muito bom, pois a gente consegue resolver muitas coisas sem precisar ir para a cidade.

Do mesmo modo que nos assentamentos pesquisados, Becker (2009), em sua pesquisa em telecentros das cidades de São Paulo e Curitiba, observou que o uso da internet, no entendimento dos usuários, significava, particularmente,

“sair do ‘mundinho’”, tanto no sentido de entrar em outros mundos (da informática, da leitura, do estudo, das pessoas diferentes, de pessoas “superiores”, da qualificação...), como no sentido de conseguir “novas perspectivas”, ou no sentido literal de “ganhar o mundo”, de poder conhecer qualquer lugar do planeta. (Becker, 2009, p. 117).

Se os usuários de grandes cidades, como os pesquisados por essa autora, sentiam a possibilidade de inserção, por meio da internet, na “era da informática”, nos assentamentos estudados essa sensação era ainda mais acentuada. A constante associação entre os assentados e os trabalhadores sem terra era realizada, muitas vezes, de modo pejorativo e reforçava estereótipos, tais como “atrasados”, “violentos”, “sem cultura”, entre outros. Por isso, consideravam que os programas de inclusão digital “mudaram suas vidas”, como mostram algumas expressões utilizadas pelos usuários ao se referirem à internet: “A internet nos integrou ao resto da sociedade” (moradora do Haroldina, 17 anos); a internet proporciona “ter acesso no mundo” (morador do Haroldina, 13 anos); “a internet no

assentamento trouxe um jeito novo de as pessoas, que antes não tinham acesso, verem as atualizações do mundo” (morador do Haroldina, 16 anos); “ajudou a descobrir novos horizontes, interliga com o mundo” (moradora do Haroldina, 23 anos); “conexão com o mundo” (morador da Gleba XV, 23 anos). Pode-se observar nos comentários um paradoxo: ao mesmo tempo em que o computador e a internet os “conectam com o mundo”, faz com que se lhes poupem idas até as cidades próximas, “desconectando-os” do “mundo real”.

Outra professora do assentamento Santana complementa essas interpretações: “Estamos no século XXI, no período da informática, e temos que nos inserir neste mundo, ou senão nós paramos ou ficamos pra trás... Todo mundo tem que acessar”.

Os relatos demonstram que a percepção dos assentados era de que estavam à parte, à margem de um contexto social mais amplo. A internet permitiu que se conectassem como o “resto da sociedade”. Nesses casos, a internet lhes possibilitou uma elevação na autoestima, visto que poderiam ser considerados atualizados e “modernizados” pelas TICs, que os inseriram na sociedade denominada “globalizada”. A análise de Becker (2009, p. 185) sintetiza a sensação mencionada pelos assentados:

(...) Estar fora da internet significa abdicar ou ser alijado do direito à informação e à comunicação, e, com isto, também do direito ao trabalho, à cidade, à cultura, ao mundo e à cidadania. Conseguir a chamada tele-existência (presença na rede), segundo a percepção entre os usuários da periferia, é o mesmo que ter sua existência individual e coletiva associada ao novo meio tecnológico e, assim, deixar de ser diferente, alheio, menor, ou essencialmente, um não ser.

A associação da tecnologia à ideia de “modernização” e “desenvolvimento” não é nova, já estava presente nos discursos de estudiosos da “sociedade da informação” apresentados por Dwyer (1989). No contexto de crise da década de 70 do século passado, provocada, entre outras coisas, pela alta no preço do petróleo, as tecnologias se apresentavam como uma saída para a adversidade. Esse discurso foi, de certa forma, incorporado pelas políticas públicas de inclusão digital, como forma de legitimar a instalação de centros gratuitos de acesso às TICs. Segundo Cazeloto (2008, p. 18-19), a inclusão digital parece uma espécie de inclusão na humanidade:

Nos discursos de legitimação sobre o tema, emerge a perspectiva de que somente a máquina, paradoxalmente, permite que sejamos homens e mulheres, engajados plenamente no convívio mútuo e na esfera da produção. Fora da informática, a morte para o ser social.

Na concepção deste autor, esse discurso é aceito e incorporado de forma quase unânime pelas pessoas. A absorção desse discurso pôde ser observada tanto nos comentários acima, como no depoimento da diretora da escola do assentamento Santana:

Na cidade quando a gente fala que aqui tem internet, mostram admiração: “No interior internet?” Perguntam quem dá o acesso aos serviços. Nós respondemos que são as pessoas do assentamento, nossos filhos, que tiveram uma formação graças ao Multimeios, que vieram fazer o alicerce do conhecimento tecnológico que não tínhamos e hoje nós nos sentimos fazendo parte da modernidade e somos gratos por isso.

Da mesma forma, Balboni (2007) verificou, em sua pesquisa de doutorado, que os centros públicos de acesso são considerados pelas comunidades atendidas como uma conquista. A falta de oportunidades e as distintas situações econômicas e culturais vivenciadas pelos moradores da periferia provocam esse sentimento. Os espaços foram citados pelos usuários entrevistados pela autora como responsáveis por profundas transformações em seu cotidiano, permitindo mais opções de lazer e desenvolvimento, ampliando a comunicação e melhorando as oportunidades de trabalho e educação. As propostas, entretanto, não geraram renda aos usuários.

Nos assentamentos em São Paulo, os Postos também foram citados como espaço de lazer e convívio social. Como será destacado a seguir.

### **Os Postos do Acessa SP: espaços de entretenimento**

Muitas foram as referências aos Postos do Acessa SP, particularmente os usuários da Gleba XV, como um local para as crianças e jovens se divertirem. Não havia áreas de lazer no assentamento. Por este motivo, “ficavam à toa na rua”. Algumas meninas entre 08 e 10 anos de idade comentaram que consideravam muito “chato” ficar em casa brincando com suas bonecas, sozinhas. No Acessa SP, podiam jogar e conhecer outros moradores do assentamento.

Uma das monitoras da Gleba XV considerava o fato algo positivo:

Eles ficam aqui brincando... Antes eles ficavam aqui brincando, participando, tendo experiência um com outro, aprendendo do que ficar aí na rua, do que ficar ali na agrovila, porque antes os meninos ficavam pra cima e pra baixo aqui na agrovila, né? Ali na frente sem ter o que fazer, brincando no parquinho ali e uma criança chegou a machucar a mão, porque o brinquedo tava enferrujado.

Para a monitora, o mundo virtual parecia mais seguro do que o real.

Uma usuária neste assentamento, de 11 anos, estudante do ensino fundamental, concorda com monitora: “Hoje muitas das crianças que ficavam na agrovila (rua) hoje já não ficam mais, agora tem aonde eles se divertir, jogam joguinhos educativos para melhorar seus comportamentos”. Na visão dessa usuária, os jogos educativos contribuem para a diminuição da agressividade, pois seus colegas, que antes viviam “brincando de lutar” uns com os outros, após entrarem em contato com tais jogos, não têm mais este tipo de comportamento.

A situação foi reforçada nos comentários de um técnico agrícola, que trabalhou na Gleba XV:

Nos assentamentos tem muito pouca política de esporte... Não tem praticamente nenhum investimento em esporte. As crianças que estudam de manhã não têm nenhum programa que possa fazer à tarde, os que estudam à tarde a mesma coisa... É lógico que moram em sítio, mas são jovens que às vezes querem fazer uma atividade, um esporte, um lazer e não tem, infelizmente não tem.

Em sua pesquisa de dissertação de mestrado, Câmara (2005) apontou circunstâncias bem semelhantes às observadas nesses assentamentos. No relato das crianças com quem ele conversou, elas destacaram que não ficam mais “à toa” na rua, comentando que os pais também consideravam o espaço do telecentro positivo, porque “não ficam mais na rua” e aprendiam contextos e práticas distintas daquelas que estavam habituadas a viver. Na Gleba XV, os pais também comentaram que viam o Acesso SP como um lugar seguro, onde poderiam facilmente localizar seus filhos. Antes, devido à grande extensão do assentamento era mais difícil encontrá-los.

Os relatos evidenciam que os jovens assentados estavam ressignificando estes espaços, utilizando-os de maneira bem distinta da projetada por seus idealizadores. Sahlins (1990) argumenta que as pessoas conferem distintos

significados aos mesmos referentes simbólicos. Nesse caso, o ACESSA SP estava sendo representado, sobretudo pelas crianças e jovens, como um espaço de lazer.

## Os jogos como principal meio de diversão

Os jogos *online* foram citados como os mais “populares” entre crianças e jovens frequentadores dos Postos. A internet, nestes casos, possibilitava que esses assentados pudessem ter acesso a jogos sem a necessidade de comprar um videogame (Becker, 2009).

Moita (2006) defende, em sua tese de doutorado, intitulada "Games: contexto cultural e curricular juvenil", o *game* como um novo meio que prepara para uma aprendizagem crítica, necessária para o mundo repleto de novas tecnologias e consequentes transformações de linguagem e comportamento.

Por outro lado, Pretto, Souza e Rocha (2011) lembram que, em certos casos, os jovens que utilizam os telecentros acabam impossibilitando outras pessoas de realizarem tarefas, como pesquisas escolares. Uma situação semelhante foi relatada na Gleba XV de Novembro, como um dos motivos de um agricultor não frequentar o ACESSA SP. O senhor afirmou que possuía muitos afazeres em seu lote, o que não o permitia ficar esperando um equipamento ser desocupado para utilizá-lo.

Os autores reconhecem que a dinâmica de muitos jogos permite aos jovens uma aprendizagem significativa, o que sublinham é o estabelecimento de critérios para o uso dos equipamentos. No programa ACESSA SP, o critério era a ordem de chegada, e não a atividade a ser executada. Entretanto, o Programa não autorizava o acesso a jogos de azar, bem como àqueles que incitavam a discriminação.

As tabelas abaixo destacam que os usuários do posto, na Gleba XV, usam mais a internet para jogos do que no Haroldina. O fato é explicado por haver um número maior de crianças e adolescentes que responderam o questionário no primeiro posto quando se compara ao segundo. Crianças entre oito e dez anos comentaram que iam ao ACESSA SP exclusivamente para jogar. Nenhum deles respondeu que joga todos os dias:

**Tabela 3. Uso da internet para jogos na Gleba XV de Novembro**

Frequência do uso da internet para jogos	%
--	---



Várias vezes por semana	40
Uma vez por semana	5
Uma vez por mês	5
Já jogaram alguma vez	15
Nunca usaram	20

Fonte: Autora

Entre aqueles que nunca usaram a internet para jogos, encontram-se os respondentes na faixa de 18 a 23 anos, ressaltando que os adultos desse assentamento não se sentiam atraídos por jogos na internet. As crianças e adolescentes ressaltaram que os amigos os incentivam a jogar e faziam isso em conjunto. Pude verificar, diversas vezes, nesse Posto, dois ou três usuários jogando coletivamente em um único computador. Apesar de a regra do Programa proibir acompanhantes para acessar a internet, a monitora citou que permite a entrada de mais de um usuário por computador. Segundo ela, eles não costumam atrapalhar os outros, além de se divertirem mais desse modo. O fato mostra que as regras não se adequam a quaisquer espaços. Há a necessidade de adaptação à realidade local.

Os números do assentamento Haroldina apontam outra realidade. A maioria, 50% dos usuários, expressou que nunca utilizou a internet para jogar *online*:

**Tabela 4. Uso da internet para jogos no Haroldina**

Frequência do uso da internet para jogos	%
Várias vezes por semana	25
Uma vez por semana	10
Uma vez por mês	5
Já jogaram alguma vez	10
Nunca usaram	50

Fonte: Autora

Neste assentamento, a idade não foi o fator que determinou a atividade. Havia pessoas com 14, 16 e 17 anos que declararam nunca ter jogado na internet; uma pessoa com 24 anos, que usa a internet para jogar uma vez por semana. Dessa maneira, o que os motiva a jogar é o interesse pessoal, e, neste assentamento, as monitoras seguem as regras do Programa, não consentindo a entrada de acompanhantes com os usuários. Na Gleba XV, observou-se que as crianças e

jovens sentiam-se mais interessados em jogar quando tinham um companheiro para isso, afirmando que era “muito chato” jogar sozinho com a máquina.

Algo semelhante foi destacado por Matuda (2008), em sua pesquisa em um telecentro localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo. O monitor declarou que havia uma regra do uso do computador isoladamente, sem acompanhante. No entanto, essa norma precisou ser revista, pois muitos usuários manifestaram a vontade de usar junto com outros e já chegavam ao telecentro em duplas.

O desejo entre os adolescentes de estar acompanhado é explicado por Blos (1988), que concebe a adolescência como um processo psíquico que acontece em grupo. De acordo com o autor, nesta fase há a incidência das identificações nos adolescentes, que não se restringem às figuras familiares, mas também nos múltiplos personagens com os quais interagem em seu cotidiano. Dessa forma, conforme Blos (1988), o aprendizado e a vida em grupo despertam a atenção desses jovens, influenciados pela consciência social que os conduz para além das fronteiras familiares.

Em relação à idade, no assentamento Gleba XV, todos os usuários entre 08 e 15 anos de idade ratificaram que usam a internet para jogar:

**Tabela 5. Idade e Jogos na Gleba XV**

Idade	Jogam	
	S	N
08 a 15	100%	0%
16 a 20	57%	43%
21 a 23	50%	50%
Total	80%	20%

Fonte: Autora

Os números demonstram que, entre os usuários que responderam o questionário, 80% utilizam a internet para jogos eletrônicos, e apenas 20% não. Os

dados enfatizam que os jogos eram uma das atividades preferidas dos frequentadores do Acesso SP nesse assentamento.

No Haroldina, 50% dos respondentes marcaram que usam a internet para jogos eletrônicos, sendo que os outros 50% afirmaram não realizar tal atividade. Relacionando aqueles que jogam e a idade, observou-se que os mais jovens foram os que mais marcaram a opção jogar na internet. Embora haja uma faixa etária de 23 a 25 anos que mostrou grande interesse pelo serviço oferecido pela internet:

**Tabela 6. Jogos e Idade no Haroldina**

Idade	Jogam	
	S	N
13-15	89%	11%
16-20	0%	100%
23-25	67%	33%
29-33	0%	100%
Total	50%	50%

Fonte: Autora

A tabela acima mostra que os frequentadores do Posto, neste assentamento, de 23 a 25 anos, apresentaram evidente destaque aos jogos; 67% citaram os jogos como atividade realizada na internet. Desse modo, não se pode atribuir apenas à idade a escolha por jogar na internet.

As informações coletadas tanto na Gleba XV de Novembro como no Haroldina contrariam algumas ideias do senso comum que consideram os jogos eletrônicos como algo de escolha preferencialmente masculina. No caso da Gleba XV de Novembro, 82% das usuárias do Posto utilizam a internet para jogar, e somente 18% não, como apontado na tabela abaixo:

**Tabela 7. Jogos e Sexo na Gleba XV de Novembro**

Sexo	Jogam	
	S	N
F	82%	18%
M	78%	22%
Total	80%	20%

Fonte: Autora

Entre os frequentadores do sexo masculino, 78% jogam por meio da internet, e 22% não. O mesmo fato foi verificado no Haroldina, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 8. Jogos e Sexo no Haroldina**

Sexo	Jogam	
	S	N
F	60%	60%
M	40%	40%
Total	50%	50%

Fonte: Autora

Dos respondentes, 60% das mulheres registraram a opção jogar *online* e apenas 40% dos homens; o mesmo número foi assinalado por aqueles que não jogavam, em um total de 50% que utilizam a internet para jogos eletrônicos.

Não era o intuito da pesquisa aprofundar a questão de gênero e jogos. Apenas decidi destacar esses dados para tentar desmistificar um pouco essa relação. Uma pesquisa divulgada pela *Nielsen Entertainment*, em 2006 (*apud* Ferreira, Vieira e Rigo, 2006), realizada com 2.200 jogadores com 13 anos ou mais, ressaltou que existiam 117 milhões de usuários de videogames nos Estados Unidos. Mais da metade jogava *online* (56%), e, dessa metade, a maioria (64%) era formada por mulheres. Segundo Ferreira, Vieira e Rigo (2006), não havia pesquisa semelhante no Brasil. Todavia, as indústrias afirmavam que metade das compras realizadas de jogos *online* era feita por mulheres (Case, 2004, *online*).

No mesmo ano, outra agência de pesquisa norte-americana, a *Entertainment Software Association* (ESA), realizou uma pesquisa denominada *Essential Facts About the Computer and Video Game Industry* (2006). O estudo demonstrou que 69% dos americanos jogavam *games*, e as mulheres eram quase metade do grupo (47%). Baseados nesse tipo de informação, os desenvolvedores de *software* de jogos perceberam, de acordo com a jornalista Alessandra de Falco (2007), que também as mulheres estavam inseridas no público que gostava de *games*, que se interessava pelo entretenimento digital. Desse modo, as empresas de jogos eletrônicos estavam contratando mais mulheres para tentar atingir, de maneira mais eficaz, esse público. Nesse sentido, os jogos deixaram de ser um atrativo apenas para os homens e estavam cada vez mais presentes no universo dito feminino, que tinha a diversão como destaque.

Ademais, uma pesquisa realizada por Perse e Dunn (1998), citada por Prado, Câmara e Figueiredo (2010, p. 20), indicou que,

computers are considered useful media that satisfy needs of entertainment, diversion, and escapism, as well as a pastime and a regular habit. The findings in the present study confirm that the drive to enjoy oneself is central to one's engagement with ICTs. (Prado, Câmara e Figueiredo, 2010, p. 20).

Na mesma perspectiva, Balboni (2007) conclui que provavelmente a internet não consiga tirar os jovens das ruas; porém, os telecentros são vistos como locais seguros e como opção de lazer e desenvolvimento de jovens das periferias, o mesmo ocorrendo em áreas rurais.

De forma semelhante, Pereira (2004) destaca que, em comunidades carentes, como são os casos dos assentamentos pesquisados, há pouca ou nenhuma opção de lazer. Os moradores vivem em uma realidade que não propicia recursos nem para o transporte, quanto mais para a diversão. “Nesse contexto, os telecentros comunitários passam a ser uma das poucas opções, senão a única” (Pereira, 2004, p. 385).

Por outro lado, Câmara (2005) ressalta que “tirar as crianças das ruas” é algo positivo; no entanto, é primordial fornecer-lhes condições de desenvolvimento, de modo que possam criar resultados e perspectivas por meio de acompanhamento e orientação.

### **A possibilidade de desenvolvimento de iniciativas de inclusão digital em centros de acesso ao computador e internet**

Além de espaços de lazer e entretenimento, os telecentros poderiam também ser aproveitados para auxiliar os jovens a transformar informação em conhecimento. Nos assentamentos, poderiam ainda contribuir para o aprimoramento do trabalho agropecuário dos assentados. Alguns autores citam experiências interessantes acerca de como a tecnologia pode auxiliar os agricultores.

Warschauer (2003) descreve um projeto desenvolvido na Índia para pequenos produtores rurais. Os agricultores enfrentavam dificuldades financeiras por desconhecerem os preços dos produtos agrícolas concorrentes nos mercados das

idades próximas. Para solucionar o problema, vários projetos para internet, relativos ao desenvolvimento rural indiano, têm procurado coletar preços de produtos agrícolas e divulgá-los como parte de suas *intranets*:

Um exemplo: nos quiosques de internet do projeto Gyandoot, na comarca de Dhar, na Índia, um produtor rural pode pagar o equivalente a US\$0,10 para receber os preços do dia de determinado produto agrícola em diversos pontos de venda locais, regionais e nacionais. Mais bem informado, o produtor pode tomar uma decisão sobre decidir se deve colher a safra imediatamente ou se deve deixá-la continuar crescendo, e, depois de colhida, onde vendê-la pelo melhor preço. (Warschauer, 2003, p. 121).

O autor acrescenta que há outros tipos de informações úteis para os pequenos produtores rurais indianos: testes de solo, manejo da safra, rotação de culturas, variedades locais de cultura e adubação. As informações são reunidas nos denominados centros de conhecimento, que as reescrevem para as línguas locais e as disponibilizam por meio da internet e intranets locais e regionais. Os produtores rurais podem solicitá-las gratuitamente aos operadores dos quiosques.

No Brasil, a referência mencionada por Warschauer (2003) sobre projeto comunitário foi o desenvolvido pelo Sampa.org. No período de sua pesquisa, o projeto instituiu um serviço de notícias comunitárias, que tinha por intuito coletar e publicar informações *online* acerca de assuntos locais, serviços de utilidade pública, notícias da região e eventos culturais. Houve a participação ativa das próprias comunidades envolvidas. Para o autor, o conteúdo disponibilizado *online* apenas será bem-sucedido se a comunidade que irá utilizar o material participar de sua produção. Segundo Warschauer (2003, p. 130), os moradores dessas comunidades podem ser treinados, “para desenvolver informações baseadas na web sobre sua comunidade, focalizando notícias, eventos, cultura ou quaisquer outros itens de interesse da população”.

Nos assentamentos em São Paulo, não se verificaram projetos comunitários, somente no assentamento Santana – CE. O projeto mais interessante relatado foi a Rádio Escola. Na proposta, os alunos realizavam pesquisas na internet sobre algum assunto que poderia ser importante para a comunidade. Em seguida, divulgavam seu conteúdo na rádio local. Dessa forma, possibilitavam aos agricultores que não

sabiam ler e escrever acesso às informações importantes para o cotidiano de trabalho, saúde, serviços públicos, entre outros.

Embora não se tenham percebido projetos comunitários nos assentamentos em São Paulo, a pesquisa mostrou que o acesso à internet facilitou a vida de alguns de seus usuários. Uma entrevistada, moradora da Gleba XV, casada, com três filhos, de 12, 15 e 17 anos de idade, estava matriculada em um curso de graduação em filosofia à distância. Ela conta que:

Eu trabalhava por ali mesmo e na hora do almoço eu ficava à toa e as meninas falavam: “Vem acessar”. E eu dizia: “Eu nem sei nem como liga um computador”. “Não, vem que você vai aprender”. Aí eu achei bem interessante. Aí fiquei sabendo do curso à distância por uma amiga que também faz o mesmo curso na Faculdade de Araras e ele é todo à distância. Tenho computador tudo, mas ficou de um moço vir instalar a internet aqui, mas ele até agora não apareceu, enquanto ele não aparece tem que ir lá no ACESSA.

A entrevistada acrescentou que, sem o ACESSA SP, o auxílio e insistência das monitoras, não teria se interessado pela internet e não teria conseguido se inserir em um curso de graduação. A faculdade mais próxima era distante e não havia transporte coletivo. O problema de conexão com a internet, ressaltado no seu relato, era enfrentado por várias pessoas daquele assentamento. Na entrevista, ela revelou que fazia aproximadamente um mês que havia solicitado o serviço de internet em sua residência, e seu pedido não tinha sido ainda atendido.

Uma estudante de direito, em Presidente Prudente, 26 anos, filha de agricultores do Haroldina, comentou que a internet permitiu a seu pai uma mudança de atividade rural:

Meu pai começou a mexer agora com criame de peixe. Então a gente queria saber quanto tá saindo o preço, onde tem mais em conta, qual a maneira de tratar correto. Porque na verdade não é apenas colocar o peixe dentro da água... Existe uma maneira certa pra que o peixe fique saudável, pra transmitir segurança para o cliente. Meu pai acha que melhorou muito para ele ter internet, porque tudo começou pela internet, aí a gente começou a pesquisar tal... Antes ele trabalhava com roça, agricultura, hortaliça, mandioca, algodão, essas coisas.

A assentada esclareceu que a pesquisa para entender o processo de criação de peixe foi realizada por ela e por seus irmãos. Seu pai não se considerava capaz de aprender a usar a internet, por causa da sua pouca instrução. Dessa forma, ao optarem por deixar o plantio, a situação financeira deles melhorou



consideravelmente, visto que seu pai vende a produção diretamente aos supermercados nas cidades de Teodoro Sampaio ou Mirante do Paranapanema.

Além do caso citado acima e de outro no qual a mulher e o marido utilizam o Posto para assistirem a vídeos de produção de leite, encontrei apenas duas pessoas que utilizavam o Acesso SP para o trabalho na agricultura. Os usuários relataram que frequentavam o Posto, no Haroldina, para pesquisarem preços de produtos agrícolas. Um técnico agrícola, de 29 anos, afirmou que ia até o Posto para consultar preços, informações sobre como manter a qualidade do produto e quais os produtos que estavam sendo mais vendidos. Nesse caso, era ele que fazia as consultas para os pais. Conforme sua exposição, o pai não teve a oportunidade de estudar e era analfabeto – isso tornava complicado o uso do computador e da internet. De acordo com esse assentado, o Programa contribuiu muito para a melhoria do assentamento, pois “o posto do Acesso SP faz toda a diferença, tanto para os jovens que estão usando, quanto pra nós produtores. Pra nós quem vem em busca de ver o mercado, ajuda muito”.

Em uma reunião com um dos coordenadores do Programa, na NAP Escola do Futuro, na USP, destaquei o fato de que, nos assentamentos, poucos agricultores utilizavam os Postos. Mencionou-se então que uma agricultora do Haroldina foi entrevistada pelo programa Globo Rural. O vídeo estava disponível no *Youtube*. Seu conteúdo mostra uma assentada colhendo abobrinhas em seu lote. Em seguida, a agricultora relata que utilizava a internet do Acesso SP, para pesquisar como melhorar o plantio desse produto. A reportagem exhibe como o computador e a internet estavam auxiliando os assentados em suas atividades agrícolas. Ao procurar o vídeo, descobri que a agricultora era a mãe de uma das monitoras do Acesso SP. Assim, consegui entrevistá-la e esclarecer o assunto. Segundo seu relato:

Naquele dia eu tava colhendo abobrinha... Então eu tinha colhido 17 caixas pra vender pra CONAB e eles gostam de pegar você de supetão, né? Eles vieram aqui e falaram que queria entrevistar. Eu e minha menina mostrou e foi alguém com eles e chegou lá. Eu tava colhendo... Aí chegou lá, me pegaram de supetão.

Com a intenção de entender melhor o que aconteceu, perguntei se ela usava a internet do Posto. A sua resposta foi negativa, ainda assim insisti: “Não usa nem

para a comunicação com seus parentes?” Sua resposta: “Pela internet a gente não comunica não, a gente comunica mais por telefone... O telefone já tá na sua casa, é mais prático... Internet, você tem que vir aqui e tudo, né? E às vezes é a hora que a pessoa lá, não tá *online*, né? Tem que combinar, já por telefone não”.

A senhora confirmou que na realidade nunca usou a internet do Posto do Acesso SP, no Haroldina, nem mesmo para conversar com sua família, que mora em outra cidade. A agricultora apresentada na reportagem, mesmo sendo mãe de uma das monitoras, revelou que nunca havia usado as ferramentas disponíveis no Posto, ou seja, sua filha não havia conseguido estimulá-la a usar o computador e a internet. Dessa forma, a matéria não atingiu seu propósito, que era demonstrar como os serviços prestados pelo Programa estavam contribuindo para a melhoria das atividades agrícolas daquele assentamento.

Os relatos salientaram que a criação de centros públicos de acesso ainda não forneceu resultados significativos em relação às mudanças nas condições de vida de comunidades denominadas incluídas digitalmente – com exceção de algumas histórias pessoais ou coletivas de sucesso.

Guarnieri e Schwartz, ao serem entrevistados por Balboni (2007) para sua tese de doutorado, afirmaram que não havia indicadores nem pesquisas suficientes, para avaliar se os programas de inclusão digital proporcionavam oportunidade para geração de emprego e renda. O processo era de longo prazo e necessitava de constante investimento.

Kobashi, também entrevistado por Balboni (2007), aponta que as políticas de inclusão digital não são soluções para os problemas sociais e econômicos das populações que vivem nas periferias:

(...) Não tira o menino da rua, não diminui a criminalidade, não aumenta a empregabilidade. Esses fatores são regidos por outras variáveis que esmagam a capacidade de um infocentro, de um telecentro, de agir sobre isso. Então esse ganho é realmente mínimo (...).

Minhas observações no Ceará sugerem o contrário. No assentamento Santana, alguns professores da escola do assentamento e gestores do CRID citaram como o projeto tinha estimulado os jovens a fazer cursos técnicos e de graduação em áreas agrícolas, e de pedagogia para trabalharem no próprio assentamento. Os gestores

relataram que a internet estava lhes possibilitando conhecer propostas que permitissem a fixação dos jovens no assentamento. Por este motivo, o êxodo rural encontrava-se em declínio. Na interpretação de um deles:

A gente vive uma realidade diferente das outras comunidades que a gente conhece. Lá, quando os jovens completam 18 anos, não tem outra opção a não ser migrar para o Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. Os nossos pais também incentivam a gente a estudar e voltar para aplicar o que a gente aprendeu no assentamento.

Um usuário do CRID acrescenta: “Há muitos cursos grátis pela internet que dão outras oportunidades para os jovens no assentamento”.

O regresso dos assentados graduados para desenvolverem atividades no assentamento é comum, de acordo com as professoras do assentamento. À época, oito assentadas que foram estudar em Fortaleza, na Universidade Federal do Ceará, graduaram-se em Pedagogia da Terra, impulsionadas pelos pesquisadores do Laboratório Multimeios. Elas expressaram o desejo de retornar ao assentamento e elaborar propostas para a educação no campo.

As exposições coletadas nos assentamentos em São Paulo mostraram exatamente o oposto. Havia uma grande quantidade de jovens saindo dos assentamentos por falta de oportunidades de emprego. Havia poucas opções para esses assentados: ou continuavam a trabalhar na propriedade dos pais, nas usinas de cana-de-açúcar que se localizam na região, ou no setor de serviços das cidades circunvizinhas. No entanto, não havia vagas para todos. Isso fez com que muitos optassem por se mudar para outras localidades em busca de trabalho. Uma das monitoras do Acesso SP, na cidade de Mirante do Paranapanema, enfatizou que a migração de filhos de assentados para o município criou um bairro na periferia com casas precárias e pessoas em situação de pobreza. Esta senhora sugeriu que a Prodesp implantasse um posto naquele local, pois os jovens eram muito carentes e sem alternativas de lazer.

A pesquisa realizada por Ruas e Abramovay (2000, p. 215) em assentamentos rurais em São Paulo esclarece que os filhos de pequenos proprietários rurais (como é o caso dos assentados) passam a viver um dilema sucessório:

A agricultura familiar exige a continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho na terra, mas o tamanho das propriedades impede que todos os filhos possam compartilhar da mesma área de cultivo. As pequenas propriedades, como os assentamentos, não podem ser divididas, pois isso levaria à sua inviabilidade econômica. Assim, é inevitável que um ou mais filhos saiam à procura de novas terras ou em direção às áreas urbanas (Ruas e Abramovay, 2000, p. 215).

Muitos filhos de assentados que saem à procura de melhores condições fora do assentamento acabam retornando devido, particularmente, à baixa escolaridade, que dificulta a inserção no mercado de trabalho. Outros acabam se instalando em bairros periféricos, vivendo em condições precárias, como citado pela monitora do Posto da cidade de Mirante de Paranapanema. A principal dificuldade relatada por aqueles que encontram um emprego refere-se ao fato de o salário ser insuficiente para o pagamento de todas as despesas.

Ruas e Abramovay (2000) enfatizam que os pais apontaram que a reforma agrária deveria permitir a fixação dos jovens no campo. Para eles, havia a necessidade de aumentar as oportunidades para os jovens estudarem e trabalharem, evitando, dessa maneira, o êxodo rural.

## **Considerações finais**

As pesquisas revelaram que o caso mais exitoso, de projeto de inclusão digital foi aquele em que houve maior envolvimento da comunidade no processo de decisão e implantação do programa, nesse caso, o CRID. A proposta inicial do Acesso SP era também ter um envolvimento maior com a comunidade, visto que havia um modelo de infocentro comunitário. Todavia, este passou a ser administrado pela prefeitura de São Paulo, porque esta estava implantando esse tipo de telecentro. Desse modo, conforme Guarnieri (2003), a coordenação do Programa, não encontrou nenhum motivo para ter dois programas de inclusão digital na periferia de São Paulo, com público semelhante.

Conforme Litto (2013), os infocentros deveriam ter por objetivo o fortalecimento da participação da população em debates sobre as políticas públicas; o aprimoramento da administração de recursos municipais e estaduais, apoiando o pequeno empresário, criando novas oportunidades para aprendizagem; o

estabelecimento da “comunicação fácil entre todas as organizações locais nas comunidades beneficiadas com sua presença”.

Contudo, o que se observou foi o uso destes espaços, sobretudo em São Paulo, em sua maior parte, como opção de lazer, entretenimento e comunicação entre amigos e parentes. Por isso, o maior desafio apontado pelos coordenadores de projetos de inclusão digital entrevistados por Balboni (2007), refere-se exatamente ao fortalecimento da comunidade local e ao uso da tecnologia para a promoção da inclusão social, e não apenas digital.

Dessa maneira, de acordo com Câmara (2005), o espaço dos telecentros poderia tornar-se ambiente de aprendizado, desencadeando transformações sociais, criando possibilidades de crescimento pessoal e de iniciativas de mobilização social.

Balboni (2007, p. 196), por sua vez, destaca que a tecnologia não transforma pessoas, potencializa capacidades:

Não é a tecnologia que articula a comunidade, mas é a comunidade articulada quem se apropria da rede para facilitar seus processos. Talvez seja justamente aí que o investimento tenha que ser realizado: na articulação da comunidade, no fortalecimento das relações, na confiança (capital social) e na educação (Balboni, 2007, p. 196).

No mesmo sentido, Warschauer (2003, p. 282-283) acredita que o sucesso de um projeto de inclusão digital depende do envolvimento ativo das populações abrangidas, tanto na definição das suas prioridades, como na coleta de dados, na criação e publicação do conteúdo. O desafio político é centralizar os esforços na análise das estruturas, dos problemas, da organização e das relações sociais e, “não da contabilidade do equipamento de informática e das linhas de acesso à internet”.

Os dados coletados demonstraram que a intenção das duas políticas de inclusão digital era fornecer aos assentados mais do que infraestrutura. Todavia, a experiência do CRID apresenta-se mais bem-sucedida. Nele, conseguiu-se a inserção da comunidade no processo de implantação do laboratório de informática. O CRID foi idealizado para ser autossustentável. Por isso, o envolvimento dos assentados era primordial. Deve-se levar em consideração que a proposta comunitária do CRID foi exitosa também por causa da própria organização do

assentamento, que teve por princípio o trabalho coletivo. Os moradores do assentamento já estavam acostumados a realizar atividades conjuntamente, facilitado a implementação das intenções do projeto. Dessa forma, a comunidade se apropriou do laboratório de informática, conquistando autonomia; porém, não a sustentabilidade. Atualmente a comunidade, por causa de problemas financeiros para manter o laboratório em funcionamento, migrou para o programa do governo federal denominado Casas Digitais<sup>3</sup>.

Entretanto, embora tenha mudado o nome e o parceiro institucional, os assentados acreditam que a ideia do Laboratório Multimeios será perpetuada pelos jovens locais. Esses jovens viam no laboratório de informática a probabilidade de enriquecer o seu conhecimento e obter informações úteis para ascender profissionalmente. Os assentados percebiam, assim, a importância do laboratório para o assentamento. Portanto, iriam tentar mantê-lo para as gerações futuras.

O caso do ACESSA SP expõe a carência de um contato mais próximo com a comunidade local. Ela deve se sentir parte dos telecentros, por meio da participação na sua implantação, como ocorreu com o CRID. Por isso, embora o projeto não tenha conseguido sua autossustentabilidade, permitiu aos assentados se apropriarem do laboratório de informática.

## **Referências**

ACESSA SP. Disponível em: <<http://www.acessasaopaulo.sp.gov.br>>. Acesso em 01/10/2010.

ACESSA ESCOLA. Disponível em: <<http://www.acessaescola.fde.sp.gov.br>>. Acesso em 02/05/2011.

ANALFABETISMO NO BRASIL E EM SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.bm.edu.br/noticias/2011/01/10/analfabetismo-no-brasil-supera-media-da-america-latina>. Acesso em 15 de fevereiro de 2012.

BALBONI, M. R. *Por detrás da inclusão digital: uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à Internet no Brasil*. 2007. 223f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BECKER, M. L. *Inclusão digital e cidadania: as possibilidades e as ilusões da “solução” tecnológica*. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

BLOS, P. *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CÂMARA, M. A. *Telecentros como Instrumento de Inclusão Digital: Perspectiva Comparada em Minas Gerais*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CAZELOTO, E. *Inclusão Digital: uma visão crítica*. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

CENTROS RURAIS DE INCLUSÃO DIGITAL. Disponível em: [www.multimeios.ufc.br](http://www.multimeios.ufc.br). Acesso em: 20/04/2010.

DWYER, T. Um Salto no Escuro: Um Ensaio Interpretativo sobre Mudanças Técnicas. *Revista de Administração de Empresas*, 29(4), out./dez., 1989.

FERREIRA, A.; VIEIRA, J. F.; RIGO, P. As superpoderosas dos games: a comunicação feminina na cibercultura. *Famecos*. Porto Alegre, nº 16, dez, 2006.

LITTO, F. M. Telecentros comunitários: uma resposta à exclusão digital. Disponível em: [www.futuro.usp.br](http://www.futuro.usp.br). Acesso em dezembro de 2013.

MATUDA, F. G. *Telecentro comunitário como espaço de educação social: um estudo de caso*. 2008.142f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOITA, F. M. G. S. C. *Games: contexto cultural e curricular juvenil*. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2006.

PEREIRA, P. M. Impactos Socioculturais de Telecentros Comunitários: o caso do Telecentro Chico Mendes. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, jul/dez, 2004.

PRADO, P.; FIGUEIREDO, M.; CÂMARA, M. Avaliando a Adoção de TICs no Brasil Rural: Uma análise quantitativa de telecentros como agentes sociais de mudança. (inglês) - (in press) - *Jornal de Informática Comunitária*, Edição Especial sobre Informática Comunitária Brasileira, 2010.

PRETTO, N. L.; SOUZA, J. S.; ROCHA, T. B. *Tabuleiro digital: uma experiência de inclusão digital em ambiente educacional*. In BONILLA, M. H. S e PRETTO, N. D. L. *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011.

RUAS, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Companheiras de lutas ou “coordenadoras de painéis?”*. Brasília. UNESCO, 2000.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

SANTOS, M. S. T. (org.). *Inclusão digital, inclusão social? Usos das tecnologias da informática e comunicação nas culturas populares*. Recife: Ed. do autor, 2009.



SORJ, B. *Brasil@povo.com. A luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

WARSCHAUER, M. *Technology and Social Inclusion: rethinking the digital divide*. MIT Press, 2003.

### Notas

<sup>1</sup> Este artigo é parte do Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado, realizado no Departamento de Sociologia da Unicamp, financiado pela Fapesp.

<sup>2</sup> Este também é um programa do Governo do Estado de São Paulo, que surgiu da própria ideia do ACESSA SP, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação, sob a coordenação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). A finalidade do ACESSA Escola é promover a inclusão digital e social dos alunos, professores e funcionários das escolas da rede pública estadual, a partir do acesso às tecnologias da informação e comunicação ([www.acessaescola.fde.sp.gov.br](http://www.acessaescola.fde.sp.gov.br)).

<sup>3</sup> As Casas Digitais estão inseridas no projeto “Territórios Digitais”, criado em 2008, que faz parte do Programa Territórios da Cidadania, consistindo na implantação de espaços públicos e gratuitos com acesso a computadores e internet em assentamentos, escolas agrícolas, comunidades tradicionais, sindicatos e Casas Familiares Rurais.

**Resumen:** El propósito de este artículo es exponer los debates celebrados tras el análisis de los datos de dos estudios sobre programas de inclusión digital: en Ceará, Centros Rurales de Inclusión Digital (CRID) y, en São Paulo, Programa Accede SP, en los asentamientos rurales. Las reflexiones se han centrado en los impactos de estas iniciativas para la población local. La metodología de ambas investigaciones se basó en la perspectiva etnográfica, cuyo objetivo era obtener parámetros de correspondencia. Los resultados mostraron que la Internet ha impactado significativamente en la forma de comunicación de los usuarios con amigos y familiares. Además, estos sitios se consideran ideales para el entretenimiento. El CRID se muestra un ejemplo de una iniciativa de inclusión digital que los proyectos actuales y futuros en esta área deben seguir.

**Palabras clave:** evaluación, inclusión digital, políticas públicas, asentamientos rurales.

**Résumé:** Le but de cet article est d'exposer les discussions qui suivent l'analyse des données provenant de deux études sur les programmes d'inclusion numérique : l'un dans l'état de Ceará, concernant les centres ruraux d'inclusion numérique (CRID), et l'autre dans l'état de São Paulo, avec le programme « Accesa SP » dans les établissements ruraux. Les réflexions ont porté sur l'impact de ces initiatives sur la population locale. La méthodologie des deux enquêtes était basée sur la perspective ethnographique, dont l'objectif était d'obtenir des points de repère. Les résultats ont montré qu'Internet a eu un impact important sur la forme de communication des utilisateurs avec leurs parents et amis. Ce qui est de plus, ces endroits sont considérés idéaux pour l'amusement. Le CRID est présenté comme un exemple

---

d'initiative d'inclusion numérique à être poursuivi par les projets actuels et futurs dans ce domaine.

**Mots-clés :** évaluation, l'inclusion numérique, les politiques publiques, les établissements ruraux

Recebido em: 06/11/2014

Aceito em: 26/01/2015